

Opinião socialista

Ano VIII Edição 148
De 10 a 23/04/2003
Contribuição R\$ 2,00

AGORA É LUTA!



LULA, REFORMA DA PREVIDÊNCIA IGUAL A DE FHC NÃO!



NO DIA 8 DE ABRIL, 200 MIL
SERVIDORES CRUZARAM OS BRAÇOS
E REALIZARAM MANIFESTAÇÕES

PÁGINAS 8 E 9



ABAIXO A OCUPAÇÃO IMPERIALISTA DO IRAQUE!



FORA DAQUI A ALCA E O FMI



METALÚRGICOS

OPERÁRIOS SE REBELAM CONTRA MARINHO NO ABC



PÁGINA 11

POLÊMICA

QUAL DEVE SER O PAPEL DA ESQUERDA DIANTE DO GOVERNO LULA?

A ESQUERDA DEVE SER A ALA
CRÍTICA DO GOVERNO?
OU A DEFESA DE UM
PROJETO SOCIALISTA EXIGE
A RUPTURA COM ELE?

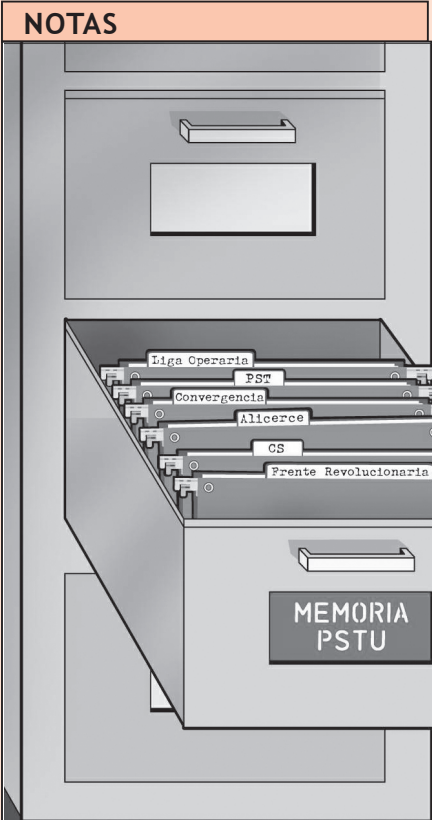
PÁGINAS 4 E 5

JUVENTUDE

UNIR A OPOSIÇÃO DE ESQUERDA NA UNE



PÁGINA 12



PSTU PREPARA COMEMORAÇÕES DE SEUS 10 ANOS E DOS 30 ANOS DE MORENISMO NO BRASIL

Em junho de 2004 o PSTU festejará 10 anos de existência. Foram anos de muita luta que levaram à nossa consolidação como o terceiro partido da esquerda do país. No entanto, sua história não começou aí. Um ano após sua fundação, o PSTU aderiu à Liga Internacional dos Trabalhadores - Quarta Internacional (LIT-QI) e incorporou também sua tradição, muito mais antiga no Brasil. Em 2004 serão 30 anos da existência do que podemos chamar a corrente morenista, uma das mais importantes do trotskismo, no Brasil. Essa tradição foi representada em nosso país por diversas organizações que foram a continuidade uma da outra, mas ao mesmo tempo

representaram diferentes fases da sua trajetória: a Liga Operária (1974-1978); o PST de curta vida (meses de 1978) e finalmente a Convergência Socialista (1978 - 1994). Por conta disso, diversas iniciativas estão sendo feitas para marcar estas datas e fortalecer nossa tradição. Serão produzidos uma revista e uma exposição com fotos, artigos de nossos jornais e da imprensa burguesa e outros materiais. Também faz parte do projeto um vídeo com imagens da época e depoimentos de militantes que participaram da história da construção do partido. Ainda este ano, um ciclo de debates bimestrais, abordando cada uma das principais fases desde a fundação da Liga Operária, será realizado em São Paulo. Os interessados em participar deste projeto ou quem desejar enviar algum tipo de material ou depoimento podem entrar em contato através do e-mail memória@pstu.org.br

DOCUMENTO DO FMI INDICA FIM DOS DIREITOS TRABALHISTAS

“Dois capítulos do “World Economic Outlook” (Perspectiva Econômica Mundial) do FMI contêm recados claros a economias como a do Brasil”, como informou o jornal *Folha de São Paulo*. Os documentos afirmam que os países devem “empreender desregulações trabalhistas e abandonar uma visão “cínica” de que os desafios para o aprofundamento de reformas estruturais são muito grandes, e que, por isso, nunca terminarão”. Dizem ainda que as leis trabalhistas de muitos países estão “esclerosadas”. Para eles “as proteções aos empregados, os altos custos para demissões, os salários mínimos elevados e as distorções tributárias” são as causas para o desemprego. Este seria o problema da Europa. O FMI aponta os sindicatos como responsáveis pelo desemprego, à medida em que lutam por direitos e salários maiores para seus membros, em detrimento do resto do mercado. Para a América Latina, a receita é mais redução nas tarifas de importação e mais liberalização do comércio.



ERRAMOS
No OS 147, o título do artigo “Carta da Intenções com o FMI pauta agenda do governo Lula” foi digitado errado. O correto é “Carta de Intenções”. No mesmo artigo, no quadro “Este é um governo em disputa?” erramos quando publicamos que a Taxa Básica de Juros era de 26,5% ao mês, o correto seria ao ano.

SUMÁRIO	
EDITORIAL/ FALA ZÉ MARIA	3
ESQUERDA DO PT	4-5
AUTONOMIA DO BC	6
ALCA	7
FUNCIONALISMO	8-9
CONCUT	10
METALÚRGICOS	11
JUVENTUDE	12
GUERRA NO IRAQUE	13-16

EXPEDIENTE

Opinião Socialista é uma publicação quinzenal do Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado
CGC 73282.907/000-64 Atividade principal 61.81

CORRESPONDÊNCIA
Rua Loefgreen, 909 - Vila Clementino
São Paulo - SP- CEP 04040-030
e-mail: opinio@pstu.org.br Fax: (11) 5575-6093

JORNALISTA RESPONSÁVEL
Mariúcha Fontana (MTb14555)

CONSELHO EDITORIAL
Eduardo Almeida, Euclides de Agreia, Júnia Gouveia, José Maria de Almeida e Valério Arcary

EDIÇÃO
Euclides de Agreia

REDAÇÃO
André Valuche, Fernando Silva, João Ricardo Soares, Luiza Castelli, Mariúcha Fontana

PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO
Gustavo Sixel

COLABORARAM NESTA EDIÇÃO
Américo Gomes, Emmanuel Satá, Jocilene Chagas, Luciano Dontero, Tom Lewis

IMPRESSÃO
GazetaSP - Fone: (11) 6954-6218

ASSINATURA	
NOME	
ENDEREÇO	
CIDADE	ESTADO
CEP	TELEFONE
E-MAIL	
24 EXEMPLARES	48 EXEMPLARES
<input type="checkbox"/> 1x R\$ 48,00	<input type="checkbox"/> 1x R\$ 96,00
<input type="checkbox"/> 2x R\$ 24,00	<input type="checkbox"/> 2x R\$ 48,00
<input type="checkbox"/> 3x R\$ 16,00	<input type="checkbox"/> 3x R\$ 32,00
<input type="checkbox"/> Solidária R\$	<input type="checkbox"/> Solidária R\$
Envie cheque nominal ao PSTU no valor da assinatura total ou parcelada para Rua Loefgreen, 909 - Vila Clementino - São Paulo - SP - CEP 04040-030	

AQUI VOCÊ ENCONTRA O PSTU

SEDE NACIONAL
R. Loefgreen, 909
Vila Clementino São Paulo - SP
(11) 5575.6093
pstu@pstu.org.br
www.pstu.org.br

ALAGOINHAS (BA)
R. Alex Alencar, 16 -Terezópolis
alagoinhas@pstu.org.br

ARACAJU (SE)
Pça. Promotor Marques
Guimarães, 66 A, cjto. Augusto
Franco - Fonolândia
aracaju@pstu.org.br

BAURU (SP)
R. Cel. José Figueiredo, 125 -
Centro - (14)227.0215-
bauru@pstu.org.br
www.pstubauru.kit.net

BELÉM (PA)
Av. Gentil Bittencourt, 2089 -
São Bras - (91)259.1485 -
belem@pstu.org.br

BELO HORIZONTE (MG)
Rua Tabaiães, 31 - Floresta
(Estação Central do metrô)
(31)3222.3716 - bh@pstu.org.br

BRASÍLIA (DF)
Setor Comercial Sul - Quadra
2 - Ed. Jockey Club - Sala 102
brasilia@pstu.org.br

CAMPINAS (SP)
R. Marechal Deodoro, 786
(19)3235.2867-
campinas@pstu.org.br

CAMPOS DO JORDÃO (SP)
Av. Frei Orestes Girard, 371
sala 6 - Bairro Abernèssia
(12)3664.2898

CAXIAS DO SUL (RS)
Rua do Guia Lopes, 383, sl 01
(54)9974-4307

CAMETÁ (PA)
R. Cel. Raimundo Leão, 925 -
Centro

CONTAGEM (MG)
Rua França, 532
Sala 202 - Eldorado

CURITIBA (PR)
R. Alfredo Buffren, 29, sala 4,
Centro

DIADEMA (SP)
R. dos Rubis, 359 - Centro
(11)9891-5169
diadema@pstu.org.br

DUQUE DE CAXIAS (RJ)
R. das Pedras, 66/01, Centro

EMBU DAS ARTES (SP)
Av. Rotary, 2917 sobreloja
Pq. Pirajuçara (11) 4149.5631

FLORIANÓPOLIS (SC)
Rua Nestor Passos, 104
Centro (48)225.6831 -
floripa@pstu.org.br

FORTALEZA (CE)
Av. da Universidade, 2333
(85)221.3972 -
fortaleza@pstu.org.br

FRANCO DA ROCHA (SP)
R. Washington Luiz,43 -Centro

GOIÂNIA (GO)
R. 242, Nº 638, Qda. 40, LT
11, Setor Leste Universitário
- (62)202-4905

GUARULHOS (SP)
R.Miguel Romano, 17 - Centro
(11)64410253

JACAREÍ (SP)
R. Luiz Simon,386 - Centro -
(12)3953-6122

JOÃO PESSOA (PB)
R. Almeida Barreto, 391 -
1º andar - Centro -
(83)241-2368 -
joaopessoa@pstu.org.br

JUIZ DE FORA (MG)
Tv Antônio Alves Souza, 16 -
Bairro Santa Catarina
(32)9966-1136/ 9979-8664

LORENA (SP)
Praça Marechal Mallet, 23
sala 1 - Centro

MACAPÁ (AP)
Rua Prof. Tostes, 914 -
Santa Rita - (96) 9963.0775-
macapa@pstu.org.br

MACEIÓ (AL)
R. Inácio Calmon, 61 - Poço -
(82)971.3749

MANAUS (AM)
R. Emílio Moreira, 801- Altos -
14 de Janeiro - (92)234.7093
manaus@pstu.org.br

MUCURI (BA)
R. Jovita Fontes, 430 -
Centro (73)206.1482

NATAL (RN)
R. Dr. Heitor Carrilho, 70
Cidade Alta - (84)201.1558

NITERÓI (RJ)
R. Dr. Borman, 14/301 -
Centro - (21)2717.2984 -
niteroi@pstu.org.br

NOVA IGUAÇU (RJ)
R. Cel. Carlos de Matos, 45
Centro

OSASCO (SP)
R. São João Batista, 125

PASSO FUNDO (RS)
XV Novembro, 1175 -
Centro - (54)9982-0004

PELOTAS (RS)
(53)9104-0804 -
pstupelotas@yahoo.com.br

PORTO ALEGRE (RS)
R. General Portinho, 243
(51)3286.3607 -
portoalegre@pstu.org.br

RECIFE (PE)
R. Leão Coroado, 20 - 1º andar
- Boa Vista - (81)3222.2549 -
recife@pstu.org.br

RIBEIRÃO PRETO (SP)
R. Saldanha Marinho,87 -
Centro - (16)637.7242 -
ribeiraopreto@pstu.org.br

RIO GRANDE (RS)
(53)9977.0097

RIO DE JANEIRO (RJ)
rio@pstu.org.br
Praça da Bandeira
Tv. Dr. Araújo, 45 -
(21)2293.9689
Zona Oeste
Estrada de Monteiro, 538 -
Casa 02 - Campo Grande - RJ

SANTA MARIA (RS)
(55)9989.0220 -
santamaria@pstu.org.br

SALVADOR (BA)
R.Coqueiro de Piedade, 80 -
Barris - (71)328-6729
salvador@pstu.org.br

SANTO ANDRÉ (SP)
R. Adolfo Bastos, 571
Vila Bastos - (11)4427-4374
www.pstunoabc.hpg.com.br

SÃO BERNARDO DO CAMPO (SP)
R. Deodoro, 2261 - Centro
(11)4339-7186 e 6832-1664
pstusaopaulo@ig.com.br

SÃO JOSÉ DOS CAMPOS (SP)
R. Mário Galvão, 189
(12)3941.2845
sjc@pstu.org.br

SÃO LEOPOLDO (RS)
R. São Caetano, 53

SÃO LUÍS (MA)
(98)276.5366 / 9965-5409 -
saoluis@pstu.org.br

SÃO PAULO (SP)
pstu@pstu.org.br
Centro
R. Nicolau de Souza Queiroz,
189 - (11)5904.2322
Zona Sul
Santo Amaro: R. Cel. Luis
Barroso, 415 -(11)5524-5293
Campo Limpo: R. Dr. Abelar-
do C. Lobo, 301 - piso superior
Zona Leste
Av. São Miguel, 9697
Pça do Forró - São Miguel -
(11)6297.1955
Zona Oeste
Av. Corifeu de Azevedo
Marques, 3483
Butantã - (11)3735.8052
Zona Noroeste
R. Filomeno Bochi Pilli, 140,
sala 5 - Freguesia de O
(11)3978.2239
SOROCABA (SP)
Rua Prof. Maria de
Almeida,498 - Vila Carvalho
SUZANO (SP)
Av. Mogi das Cruzes,91 -
Centro (11) 4742-9553
TAUBATÉ (SP)
Rua D. Chiquinha de Mattos,
142/ sala 113 - Centro
TEREZINA (PI)
R. Quintino Bocaiúva, 778/n.
UBERABA (MG)
R. Tristão de Castro, 127 -
(34)3312.5629
uberaba@pstu.org.br
VITÓRIA (ES)
Av. Princesa Isabel, 15 - Ed.
Martim de Freitas, 1304 -
Centro
VOLTA REDONDA (RJ)
Rua Peri, 131/2 - Eucaliptol

NOS 100 DIAS DO GOVERNO LULA TRABALHADORES NÃO TÊM O QUE COMEMORAR

O governo Lula acaba de completar 100 dias de vida. Em pouco mais de três meses já é possível fazer um balanço claro da sua política econômica. Para os banqueiros e grandes capitalistas tudo: aumento da taxa de juros, elevação do superávit primário, encaminhamento da autonomia do Banco Central, pagamento religioso da dívida pública, cumprimento rigoroso da agenda e das metas propostas pela Carta de Intenções do FMI, continuidade das negociações da Alca e um longo etc. Estes tem muito o que comemorar. Nem mesmo a burguesia esperava tanta rapidez e eficiência.

A alegria do mercado é tamanha que o risco país caiu junto com o dólar e a bolsa subiu, apesar da guerra no Iraque e do cenário nebuloso da economia mundial, em particular da norte-americana que vem demonstrando novos sintomas de crise, que agoraron da o mercado imobiliário em meio a uma bolha especulativa. Fogo de palha. Como um maníaco depressivo, o mercado financeiro pode passar rapidamente da euforia à depressão e voltar a apostar que o país vai quebrar.

Já os trabalhadores foram presenteados com cortes de mais de R\$ 5 bilhões nas áreas sociais, com o envio ao Congresso da Reforma da Previdência e um reajuste pífio do salário mínimo. Estes continuam esperando com a boca escancarada o cumprimento das promessas de campanha. Não tem nada a comemorar. E ainda por cima lhes é exigido paciência.

PACIÊNCIA? QUE PACIÊNCIA!

Recente pesquisa do Datafolha demonstra que 45% dos entrevistados consideram que o governo Lula fez menos que o es-

perado até o momento. Segundo a maioria dos entrevistados, 61% do total, a prioridade do governo deveria ser o combate ao desemprego. Este, seguido da fome, segue sendo a principal preocupação dos brasileiros. Esta pesquisa é uma pequena amostra do

balanço que fazem os trabalhadores nestes 100 dias. Nestes 100 dias de governo,

Lula e o PT não só não melhoraram em nada o nível de vida da classe trabalhadora como, ao seguir a mesma política econômica de FHC, estão levando à sua piora. Mais que isso, não só estão levando a piora do nível de vida da classe como preparam ataques às suas conquistas sociais.

As promessas de geração de 10 milhões de empregos e de duplicação do salário mínimo em quatro anos de tão sólidas estão se desmanchando no ar. O Fome Zero não passa de uma fraude: a

grande vedete das políticas sociais compensatórias não escapou nem mesmo dos cor-

tes do Orçamento.

Mas foi a paralisação do funcionalismo público federal no último dia 8 a maior demonstração de como uma importante parcela da classe trabalhadora avalia o governo. Para os funcionários públicos, Lula acena com um reajuste ridículo de 1%, uma verdadeira provocação, e promete encaminhar ainda este mês na Câmara dos Deputados a reforma da Previdência através do PL-9.

É preciso não só cercar o funcionalismo público de solidariedade, mas acima de tudo mirar o seu exemplo com algo a ser seguido. A vitória do funcionalismo público contra a reforma da previdência e aprovação do PL-9 será uma vitória de toda a classe. Só a própria ação direta da classe poderá conquistar as mudanças que os trabalhadores precisam. É necessário perder a paciência antes que seja tarde.

NEM MESMO A BURGUESIA ESPERAVA TANTA RAPIDEZ E EFICIÊNCIA

PARA OS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS, LULA ACENA COM UM REAJUSTE RIDÍCULO DE 1%



O reajuste mínimo do mínimo

No dia 31 de março, o presidente Lula anunciou o novo valor do salário-mínimo. A partir de 1º de maio, o mínimo passa de R\$ 200 para R\$ 240, um reajuste de 20%, que representa um ganho real de míseros 1,8%.

Esse mísero reajuste mal cobre a reposição da inflação do último período. Assim, haverá um ganho real de 1,85%, contra 1,3% no ano anterior, mas abaixo da média dos reajustes realizados no período 1999-2002, de 4,8%.

Os argumentos usados para justificar este reajuste esdrúxulo não diferem muito daqueles utilizados pelo governo anterior. Em primeiro lugar, diz-se que não há dinheiro nos cofres públicos que suporte um reajuste maior, já que 36% dos pensionistas e aposentados pelo INSS recebem um salário mínimo. Com base nisso, chega-se ao absurdo de afirmar que um reajuste maior somente seria possível com uma reforma que desvincule do salário mínimo os benefícios sociais.

Em segundo lugar afirma-se que um reajuste maior poderia aumentar o desemprego e o mercado informal, pois também o setor privado não teria com bancar o reajuste, o que obrigaria os empresários a demitir mais trabalhadores ou, no caso de novas contratações, não assinariam a carteira de trabalho, o que lhes permitiria pagar um salário abaixo do mínimo.

Um terceiro e último argumento, tão descarado como os anteriores, é o de que um reajuste maior poderia gerar mais inflação, na medida que possibilitaria aos trabalhadores comprar mais.

Todos sabemos que há dinheiro no Orçamento para garantir um salário mínimo maior, basta deixar de pagar as dívidas externa e interna para o dinheiro aparecer. Trata-se de uma questão de prioridade: o governo Lula prefere garantir a remuneração do capital financeiro do que pagar melhores salários aos trabalhadores.

É desumano falar em desvincular as pensões e aposentadorias do INSS, particularmente dos trabalhadores rurais, do salário-mínimo. Daí para chamar os aposentados de vagabundos pode ser um pulo.

Em relação à iniciativa privada, seria também perfeitamente possível pagar um salário-mínimo maior, se não o faz é para não comprometer a sua margem de lucro.

Por outro lado, chegar a ser ridículo o argumento que responsabiliza o fato do trabalhador puder comprar mais um quilo de feijão ou de arroz pelo aumento da inflação.

Não é demais lembrar que uma das promessas da campanha eleitoral de Lula e do PT era dobrar, em quatro anos, o valor do salário mínimo. Como o cumprimento da promessa exigiria um aumento real de 19% ao ano, dez vezes maior que os 1,85% concedidos.

Com o reajuste atual, o salário-mínimo ficará em torno de 72 dólares. Para atingir 100 dólares hoje, o mínimo deveria passar a valer algo como R\$ 335. E segundo o Dieese, o salário-mínimo para atender as necessidades de uma família de quatro pessoas, dois adultos e duas crianças, deveria ser de R\$ 1.399.

Os trabalhadores não podem se conformar com tão pouco: R\$ 240 mal dá para comprar a cesta básica. É preciso ir às ruas e exigir um reajuste imediato do salário mínimo para 100 dólares, rumo ao mínimo do Dieese.

QUAL O PAPEL DA ESQUERDA SOB O GOVERNO LULA?

O PAPEL DA ESQUERDA DEVE SER O DE ALA CRÍTICA DO GOVERNO COM O OBJETIVO DE EMPURRÁ-LO PARA ESQUERDA? OU A DEFESA DE UM PROJETO SOCIALISTA E REVOLUCIONÁRIO EXIGE A RUPTURA COM O GOVERNO LULA?

MARIÚCHA FONTANA,
da redação

O governo Lula está aprofundando a política econômica aplicada durante os 8 anos de FHC/FMI. Esta não é uma opinião exclusiva do PSTU. É um diagnóstico de grande parte das correntes da esquerda do PT e também das direções de movimentos sociais que se reivindicam socialistas, como a do MST.

Apesar disso, há uma grande polêmica acerca do caráter do governo Lula e, mais importante, sobre as tarefas da esquerda diante desse governo.

Ainda que com diferenças, esses companheiros coincidem num ponto: consideram-se parte do campo governista. Embora sejam críticos às medidas e aos rumos do governo, se propõem a ser sua ala crítica. Rejeitam um papel de oposição de esquerda a ele. Para estes companheiros, o PSTU seria “sectário” porque se opõe ao governo.

Antes que nada, esclarecemos que não consideramos todo o espectro que se reivindica de esquerda e socialista por igual. Reconhecemos que há diferenças dentro deste campo. Há setores e correntes que privilegiam a ação direta e defendem um projeto de ruptura. Há outros que defendem reformas nos limites da ordem atual, priorizam de fato a ação institucional e, inclusive, participam diretamente do governo.

Ambos justificam sua posição com base em diferentes argumentos. Buscaremos polemizar com eles nestas páginas.

Mas, buscamos dialogar sobretudo com os companheiros com os quais estamos juntos nas lutas e a quem fazemos um chamado para construirmos juntos uma alternativa de esquerda no país. Pensamos que é nossa obrigação polemizar, de modo fraternal, com aquilo que opinamos ser uma posição equivocada.

Os argumentos do apoio crítico

Os companheiros do MST e do Consulta Popular, por exemplo, que privilegiam a ação direta, afirmam que o governo é, em princípio, aliado na luta contra a Alca, o latifúndio, etc.

O governo Lula, na visão dos companheiros, estaria em disputa. Avaliam que se as lutas se chocarem com o governo, cairão no isolamento e farão o jogo da direita, porque empurrarão o governo para os braços do imperialismo. Então, a esquerda deve estimular a mobilização social, mas não direcioná-la contra o governo. O objetivo deve ser o de “ajudar o governo a realizar mudanças” e empurrá-lo para a esquerda.

Nessa mesma lógica, a esquerda petista, ou melhor, a parte da esquerda que a mídia tem chamado de “radical”, diz ser contra a política econômica, mas que apóia o governo. Esses companheiros alegam que, como a maioria dos trabalhadores apóia o governo, eles também devem apoiá-lo porque seria um erro se “isolar” das massas.

Outros ainda argumentam que é preciso paciência, porque não haveria correlação de forças para a ruptura com o FMI e a Alca. Para estes, deve-se criticar as medidas que levam ao aprofundamento do projeto neoliberal, mas não se pode exigir do governo que pilote uma ruptura do modelo.

O argumento final é o de que se Lula for derrotado toda a esquerda e a classe trabalhadora seriam derrotadas junto com ele. Por isso é preciso lutar para que o governo dê certo.

Consideramos que estes companheiros cometem um grave erro em colocar-se numa posição de apoio crítico ao governo. Na nossa opinião, esta postura implica numa lógica que, longe de cumprir o papel de “empurrar o governo para a esquerda”, acabará empurrando o movimento para a direita.

Não é possível empurrar o governo para a esquerda

Esse governo não está em disputa e não é possível empurrá-lo para a esquerda por uma razão de classe. O governo, como instituição, faz parte do Estado burguês e se articula com outras instituições - Parlamento, Forças Armadas, etc. - para compor um regime de manutenção da ordem vigente. No caso atual, ainda há o agravante de que a ordem estabelecida tem cada dia mais os contornos de uma “democracia colonial”: é “blindada” pelo imperialismo e o FMI, que, de fato, definem as ações do governo.

O PT se propõe a governar nos limites dessa ordem e colocou no governo uma considerável representação da classe dominante. Do governo atual participam expoentes da burguesia como Meirelles (BankBoston), Furlan (Fiesp), Rodrigues (latifúndio) e outros do mesmo naipe. Lula governa em aliança com partidos burgueses como o PL, PMDB e PPB, nos marcos do acordo com o FMI. Não é possível empurrar para a esquerda um governo assim.

Para ser um governo passível de ser empurrado para a esquerda de modo a governar para os trabalhadores, teria que ser derrotado na sua forma e conteúdo atual: ser outro governo. Teria que romper as alianças com a burguesia, romper com o FMI e a Alca e estar disposto a governar apoiado na mobilização dos trabalhadores e suas organizações. Enfim, teria que deixar de ser um governo burguês, para converter-se num governo de ruptura com a ordem burguesa e imperialista.

Isso significa que este governo é idêntico ao governo FHC? Não. Num sentido é diferente. A diferença é que na gestão do Estado burguês, temos a participação de um partido operário, como o PT. Isso gera confusão e ilusões nas massas, que acreditam estar diante de um governo seu. Nesse sentido, as táticas que os revolucionários devem utilizar perante tal governo não são as mesmas que sob um

governo burguês normal. Porém, a estratégia não muda e a tarefa não é apoiá-lo ou sustentá-lo, mesmo que criticamente, mas derrotá-lo. Porque apoiá-lo significará ajudá-lo a governar contra os trabalhadores e a manter a ordem estabelecida.

Dizer a verdade ao povo ou fazer seguidismo ao senso comum?

O governo tem pedido paciência aos trabalhadores, dizendo que não é possível mudar as coisas de um dia para outro. A maioria dos trabalhadores, porque confia no PT e em Lula, por enquanto tem engolido essa história. O paradoxo é que o governo tem atendido às pressas aos banqueiros e tomado medidas que aprofundam os planos neoliberais.

Uma das condições fundamentais para que a crise atual possa ser resolvida sob a ótica da burguesia é que a classe trabalhadora aceite sem reagir o “remédio amargo” do FMI e da Alca.

O governo usa da sua popularidade para acelerar e concluir as reformas de FHC, negociar a Alca e aplicar a agenda que consta da Carta de Intenções com o FMI.

Nesta situação, os revolucionários não podem temer “isolar-se das massas”. Pelo contrário, é preciso enfrentar o senso comum. Os trabalhadores não devem ter paciência alguma. E os revolucionários devem explicar essa verdade ao povo, mesmo que por algum tempo fiquem em minoria. Seguir o senso comum e ficar atrelado ao governo significa ajudar a construir derrotas.

“Medidas progressivas” e negativas ou um projeto global?

Reproduzindo o senso comum, muitos acham que o governo é “contraditório”: tem medidas progressivas e regressivas.

Todo governo – como qualquer coisa na vida – tem contradições, mas também como tudo é uma totalidade: a não ser em um momento de crise aguda quando uma totalidade se destrói e surge outra. No caso do governo atual, aquilo que o determina são os interesses da burguesia e um projeto de aprofundamento do modelo vigente.

Nesse sentido, medidas aparentemente progressivas, como o “Fome Zero”, por exemplo, estão a serviço de avançar nas reformas estruturais. Não podemos então nos comportar como os que apóiam as medidas progressivas e criticam as negativas, mas como quem denuncia um projeto global e luta contra ele.

Não se trata, evidentemente, de não fazer uso de tais medidas. Mas não se pode dourá-las

como uma dádiva do governo. Deve-se exigir mais e denunciar seus limites.

Ruptura e correlação de forças

Há setores que dizem ser esse o “governo possível”. Que não podemos exigir de Lula que rompa com o FMI e a Alca, porque não haveria correlação de forças para tanto. É curiosa essa posição. Pois, se estas bandeiras estavam corretas sob o governo FHC, como podem estar erradas sob o governo Lula? A correlação de forças hoje é superior à que existia antes.

Esses companheiros se apóiam na inexistência, por enquanto, de um ascenso generalizado das lutas. Mas poupam o maior obstáculo para que se dê um salto nas mobilizações da classe: o governo e o PT, que é a direção majoritária do movimento.

Se Lula fizesse um pronunciamento explicando que o FMI quer que ele pague - com a fome do povo - uma dívida externa questionada, que financiou as bombas contra o Iraque, e chamasse o povo às ruas para apoiá-lo numa ruptura, temos certeza que milhões se moveriam. O “mercado” retaliaria? Sim. Mas o governo, apoiado na mobilização da maioria do povo, tem como derrotar a burguesia e o imperialismo.

Mas o problema aqui não é de ritmo. Ocorre que o governo não quer ruptura e nem que se criem condições para tal. Lula e o PT não querem mobilização, querem impedi-la.

Esquerda será derrotada se não superar governo Lula

O argumento final é que o governo tem que dar certo, porque senão toda a esquerda será derrotada. Mas se o governo atual e o projeto do FMI que ele vem aplicando der certo, a classe trabalhadora será derrotada e a burguesia vitoriosa.

Há aqueles que esperam por um Plano B. Lindberg Farias, por exemplo, declarou ao *Jornal do Brasil*: “*Há como construir um outro caminho sem criar uma grande crise de confiança no mercado. O nosso desafio, o desafio da esquerda do PT, é nos posicionar para influenciar os rumos do governo (...). Se esse governo der errado, infelizmente, é uma derrota de toda a esquerda*”. (06/04/2003)

Não há Plano B e não é possível um Plano B sem ruptura. Lula e o PT não querem quebrar os ovos e nem fazer omeletes. Já Lindberg quer fazer omeletes sem quebrar ovos.

Por quê a esquerda sofreria uma derrota se os trabalhadores derrotarem o governo nas reformas do FMI que ele quer fazer? A esquerda só será derrotada se a classe trabalhadora o for. E a classe trabalhadora será certamente derrotada se não enfrentar o governo. O desafio da esquerda é criar as condições para um governo verdadeiramente dos trabalhadores e construir uma alternativa socialista e revolucionária a esse governo.

Esquerda precisa romper com o governo,

A esquerda socialista não pode seguir atrelada ao governo. Precisa romper com ele, postular-se como uma oposição de esquerda, na defesa de um programa de ruptura e socialista.

defender um governo dos trabalhadores,

Levando em conta que a maioria dos trabalhadores confia em Lula e no PT, devemos todos denunciar a composição atual do governo, suas alianças e medidas. É preciso exigir que Lula e o PT expulsem os burgueses do governo e governem apoiados na mobilização dos trabalhadores e do povo, para aplicar um programa dos trabalhadores: ruptura imediata

com o FMI e a Alca, não pagamento da dívida externa, emprego, salário e terra.

e unir-se em um novo partido

O PT, enquanto instrumento da mobilização social por um projeto anti-imperialista e anti-capitalista, morreu. O PT é governo, aliado à burguesia, nos marcos do acordo com o FMI e das negociações para implementar a Alca.

É hora de unir a esquerda socialista e os movimentos sociais num novo partido. O primeiro passo pode ser dado com a formação de uma frente, bloco ou movimento que possibilite a atuação conjunta nas lutas e o debate em torno de um programa revolucionário.

É hora de construirmos uma alternativa de massas, de esquerda, de luta, de classe, socialista em nosso país ■



Abrem-se as portas para a autonomia do Banco Central: Meirelles e Frebraban agradecem

QUARTA-FEIRA, 02 DE ABRIL, A CÂMARA DE DEPUTADOS APROVA POR 442 VOTOS A PROPOSTA DE EMENDA CONSTITUCIONAL 53, DE AUTORIA DO EX-SENADOR JOSÉ SERRA (PSDB). A EC-53 PERMITE A AUTONOMIA DO BC ATRAVÉS DA REGULAMENTAÇÃO DO ARTIGO 192 DA CONSTITUIÇÃO

FOTO
MARCELLO
JR. /
AGÊNCIA
BRASIL



Henrique Meirelles, presidente do BC

EUCLIDES DE AGRELA,
da redação

José Genoino, presidente nacional do PT, declarou-se orgulhoso pela competência do governo em aprovar a EC-53: “*Em 90 dias fizemos a mudança no artigo 192 que Fernando Henrique não fez em oito anos*”.

Henrique Meirelles comemorou dizendo que esta foi “*uma prova de força do governo Lula*” (O Globo 03/04/03). E a Federação dos Bancos (Febraban) declarou em nota que os parlamentares mostraram à comunidade internacional e ao mercado financeiro que têm a exata noção da impor-

tância de aprovar as reformas.

Com esta medida, o governo Lula poderá dar a independência ao Banco Central exigência da Carta de Intenções assinada com o FMI. Não é para menos a euforia dos índices da Bolsa de Valores de São Paulo, mesmo com a guerra e a desaceleração da economia norte-americana.

Quando comemorava os seus três meses de vida, o governo aprovou uma medida em favor dos credores da dívida externa, o que garante os lucros dos bancos, sanciona a elevação estratosférica dos juros e a fuga de capitais. Como disse Genoino: foram oito anos em 90 dias. O mercado tem pressa e agradece ■

! O QUE SIGNIFICA A MODIFICAÇÃO DO ARTIGO 192

A EC-53 revogou todos os incisos e parágrafos do artigo 192 da Constituição, que trata do sistema financeiro, o que inclui a exclusão do tabelamento dos juros em 12% ao ano e abre caminho para a privatização do sistema de resseguro, ou seja, legalizar a remessa indiscriminada de lucros e aplicações financeiras para o exterior.

O artigo 192 compõe o capítulo IV do Título VII da Constituição Federal, que trata “*Da ordem econômica e financeira*”. O artigo deveria ser regulamentado em Lei complementar, mas estabelecia que esta deveria abranger todas as questões do sistema financeiro e determinava que algumas deveriam ser obrigato-

riamente definidas, como a limitação da taxa de juros reais em 12% ao ano. Assim, para aprovar a independência do BC, o Congresso teria que regulamentar ou eliminar o limite de 12% de juros reais, o que exigiria do governo de turno um coeficiente de mais de 2/3 da Câmara dos Deputados, o que soma 308 deputados.

A EC-53 faz uma manobra muito simples: modifica apenas o texto do artigo, retirando a obrigatoriedade de uma única lei complementar, o que permite que daqui em diante o sistema financeiro seja regulamentado por distintos projetos de lei, que necessitam apenas de uma maioria simples da Câmara, 257 votos, para serem aprovados.

Voto na PEC 53 fez o jogo da direita

MARIÚCHA FONTANA,
da redação

Avotação da PEC-53 foi uma prova para a esquerda do PT. Babá, Luciana Genro, Lindberg e outros criticaram a PEC, mas na hora H votaram a favor da emenda.

O “enquadramento dos radicais”, como alardeou a mídia, foi comemorado pela Federação Brasileira dos Bancos e pelo governo. Não por acaso. A vitória do governo foi a vitória do FMI, dos banqueiros, do capital.

Os expoentes da esquerda petista justificaram seu voto com diferentes argumentos. Lindberg Farias, por exemplo, tentou apresentar essa votação como uma vitória dos trabalhadores e uma derrota da burguesia.

Segundo essa versão, tanto a autonomia do BC, como a aprovação do PL-9 estariam mais difí-

ceis depois da votação. Dito de outro modo, a capitulação de toda esquerda à uma proposta do FMI teria dificultado o avanço do restante do projeto do FMI. Diz Lindberg: “*Nós demos um passo atrás em relação à emenda (...). Mas conseguimos dois passos à frente na luta contra a autonomia do Banco Central*”. (JB)

Isso não é verdade. Tal argumento além de tudo é desonesto, porque serve para confundir e desmobilizar os trabalhadores. A votação da PEC fortalece o governo, o FMI e o conjunto das reformas, inclusive, a reforma da Previdência e o PL-9 que segue em pauta. Quem votou na PEC-53 votou contra os servidores e contra todos os trabalhadores.

Outros, como Luciana e mesmo Babá, reconhecendo que tal votação é uma derrota da classe, argumentam que capitularam desta vez porque este é um tema que não sensibiliza o movimento de massas. E como as massas não têm

consciência do seu significado, seria “tático” evitar um confronto que pudesse precipitar uma expulsão do PT num tema que não sensibiliza os trabalhadores. Declararam que votarão contra o PL-9 e a autonomia do BC. Esperamos que, de fato, isso aconteça.

Porém, a maior ou menor consciência dos trabalhadores em relação aos projetos do imperialismo, do capital e do governo não pode justificar esse voto. Se essa razão vale para a PEC-53, poderia valer também para o PL-9, já que, por enquanto, apenas um setor minoritário dos trabalhadores - o funcionalismo público - tem consciência do seu significado. Aliás, sobre as reformas de conjunto, segundo as últimas pesquisas apenas 5% têm idéia do que elas significam.

Ao votar, mesmo fazendo críticas, a esquerda minimiza a gravidade de tal medidas perante os trabalhadores, não contribuindo em nada para que se avance a

consciência contra o projeto imperialista que o governo Lula vem defendendo e aplicando.

Esse voto presta-se à desorganização, confusão e desmobilização dos trabalhadores. Não contribui em nada para o “acúmulo de forças” da classe, porque acúmulo de forças é avanço na consciência, organização e mobilização.

Resta, enfim, o argumento de evitar a expulsão do PT. Segundo Lindberg, romper a disciplina partidária seria fazer o jogo dos “falcões” do PT que queriam expulsar a esquerda. De fato, esses companheiros evitaram sua expulsão. Porém, não é verdade que não fizeram o jogo da maioria do PT e do governo, que queriam que ocorresse exatamente o que ocorreu: o PT unido no voto em torno das reformas prometidas ao FMI.

A esquerda não está mais forte depois da capitulação. O “enquadramento” é vitória da burguesia, do governo e da direção do PT.

PLENÁRIA DÁ NOVO IMPULSO À CAMPANHA

11ª PLENÁRIA SOCIAL REÚNE MAIS DE 80 PARTICIPANTES, REPRESENTANDO 22 ESTADOS, E DÁ NOVO IMPULSO À CAMPANHA CONTRA A ALCA E A LUTA PELO PLEBISCITO OFICIAL

MARIÚCHA FONTANA,
da redação

A Plenária Social, ocorrida nos dias 7 e 8 de abril em São Paulo, deu prioridade ao trabalho com o abaixo-assinado, estendendo a duração dessa fase da campanha até setembro e estabelecendo um calendário que permite repetir num patamar superior o sucesso obtido em 2002 com o Plebiscito Popular.

No primeiro dia debateu-se a situação nacional e realizou-se uma avaliação da campanha nos diversos Estados. No dia 8 debateu-se a continuidade da campanha e o encaminhamento das resoluções.

Sobre a conjuntura nacional, a partir de exposições de Plínio de Arruda Sampaio Jr. e Paulo Nogueira Batista, a plenária constatou que o governo Lula está seguindo por um caminho de aprofundamento da política econômica de FHC, buscando a resolução da crise atual por dentro do neoliberalismo ou da tentativa de reciclagem do modelo.

Plínio Jr. disse que dois elementos marcam profundamente o cenário nacional: a) existe uma crise estrutural do modelo; b) existe uma blindagem institucional que busca manter o neoliberalismo. Essa blindagem dá ao capital a possibilidade de reagir com virulência a qualquer ação do Estado. Por isso, diz ele, não há saída sem traumas.

Ele conclui sua análise apontando que há três saídas para a crise: a) tenta mudar, mas não consegue – seria a Argentina; b) Mudar, aprofundando e reciclando o modelo – daria México; c) Superação. Esta terceira, a que nos interessa, diz ele, a burguesia não quer nem ouvir falar, porque implica em ruptura.

Paulo Nogueira Batista começou sua exposição dizendo que era necessário ter certa paciência com o governo porque ele só tem cem dias. Porém, disse que não compreendia porque o governo vinha tendo propostas iguais à de FHC. Falou que estava preocupado, pois a Fazenda estava namorando a idéia de aprofundar a agenda do governo anterior: daí a proposta de autonomia do Banco Central. Disse, por fim, que não queria imaginar que de fato o governo optasse por isso, porque seria um gigantesco estelionato eleitoral.

Os dois expositores insistiram na necessidade de que o movimento siga exigindo a ruptura das negociações e também um Ple-

biscito Oficial sobre a Alca o mais cedo possível.

Muitos questionaram essa idéia de ter paciência com o governo. Uma pergunta questionou se a busca de um acordo comercial, não incluindo toda a agenda da Alca, seria possível e benéfica.

Nogueira Batista respondeu que se referiu a paciência como ironia. Quanto à estratégia de seguir negociando a Alca, apenas para chegar a um acordo comercial, disse que era inviável e, se fosse possível, seria muito ruim. Porque num tratado de livre comércio com gigantes o país seria esmagado. Disse também que vê em Celso Amorim e Samuel Pinheiro Guimarães uma cabeça de ponte dentro do Itamaraty contra acordos lesivos, porém que a maioria do órgão segue tomado por figuras da gestão anterior, totalmente favoráveis ao modelo FHC, a começar pelo negociador na OMC. Disse ainda que o ministério da Fazenda e o FMI têm muita força para interferir nas negociações da Alca, mais que o Itamaraty.

Plínio afirmou que o movimento não deve ter paciência alguma com o aprofundamento do modelo. “Hoje, os trabalhadores estão pacientes, mas o mercado não. Eles estão fazendo coisas já, enquanto a pátria mãe está distraída. Precisamos andar na contramão do senso comum do povo e despertar a consciência da massa para a mudança social”, afirmou ■



PRINCIPAIS RESOLUÇÕES	
ABAIXO-ASSINADO	CALENDÁRIO DA CAMPANHA
Decidiu-se estender o trabalho com a coleta de assinaturas para o abaixo-assinado até 7 de setembro e entregá-lo em Brasília no dia 16 do mesmo mês, com uma grande manifestação. Os participantes avaliaram que a campanha ainda não havia engrenado como deveria e que era necessário um calendário de mobilização, como quando do Plebiscito Popular. Em relação ao trabalho com o abaixo-assinado, decidiu-se primeiro integrá-lo nas ações e atos contra a guerra, orientando que o conteúdo dele seja lido nos atos e que desde os carros de som o povo seja chamado a assiná-lo. Decidiu-se também que o movimento deve em tais atos apresentar moções políticas exigindo que o governo se retire das negociações da Alca, porque os EUA não negociam nada e nem respeitam nenhuma instância de negociação. O trabalho com o abaixo-assinado deve estar presente em cada evento do movimento, como no próximo Concut, por exemplo. E também em cada mês devem haver datas centralizadas de coleta forte de assinaturas.	Maio - semana de coleta de assinaturas Junho - semana de coleta de assinaturas e Auditoria Pública nacional e nos Estados Julho - formação - curso dos mil por Estado Agosto - Marcha das Margaridas 1 a 7 de setembro - semana nacional de coleta de assinaturas, encerrando com o Grito dos Excluídos. Aqui também será realizada uma campanha de “vacinação” - Vacine-se contra a ALCA 8 a 14 de setembro - centralização nacional do abaixo-assinado e semana de boicote aos produtos dos EUA (Coca-Cola; Texaco e Mc Donald’s) 16 de setembro - entrega do abaixo-assinado em Brasília, com grande manifestação. Em seguida Plenária Nacional da Campanha para definir a próxima fase.
PROJETO DE LEI PELO PLEBISCITO	
A campanha vem estimulando a criação de uma Frente Parlamentar contra a Alca. O objetivo central é apresentar ao Congresso um projeto instituindo um Plebiscito Oficial sobre as três questões do abaixo-assinado. Até o momento, entretanto, o projeto existente e defendido inclusive por parlamentares da esquerda é o projeto de Henrique Fontana (PT-RS), da esquerda do PT. Tal projeto, entretanto, é na prática um referendo, já que aponta sua realização para 120 dias após o término das negociações. A campanha decidiu que esse projeto não serve e buscará alterá-lo. Caso não consiga, lutará por outro projeto que convoque um Plebiscito para até maio de 2004.	

PROTESTO
em Quito,
Equador,
durante o Dia
Continental de
Luta Contra a
Alca

200 MIL PARAM E VÃO À DO BRASIL CONTRA A RE

FOTO
NIKO



ROGÉRIO MARZOLA,
diretor da Fasubra

O funcionalismo fez em 8 de abril um dia vitorioso de paralisações e manifestações em todo país, contra a Reforma da Previdência e o PL-9.

Duzentos mil servidores federais paralisaram suas atividades neste dia. Além disso, ocorreram manifestações de norte a sul do país, sendo que na maioria dos Estados foi possível unir os servidores das três esferas (federal, estadual e municipal). Em alguns os funcionários estaduais estão em greve, como no Rio de Janeiro. A unidade das três esferas na luta contra a reforma é chave e o dia 8 deu um passo significativo para o avanço da ação comum.

Esse primeiro dia de luta vitorioso é ainda mais significativo, se consideramos que é o primeiro sob e contra o governo Lula, no qual o funcionalismo depositava grandes esperanças. Os servidores, em massa, não apenas votaram, mas fizeram campanha para eleger Lula.

Em nível federal, a paralisação foi forte e muito significativa nas universidades (tanto em professores como em funcionários) e na Seguridade Social. No Judiciário a paralisação foi parcial. Nos setores vinculados à Confederação dos Servidores Públicos Federais (Condsef) houve manifestações. Apesar das desigualdades, os servidores de conjunto avançaram no seu patamar

de mobilização e entram numa dinâmica de luta crescente.

Este dia de luta foi o primeiro passo de uma jornada de lutas que deverá culminar numa greve por tempo indeterminado de todo

**FUNCIONALISMO
FEZ UM DIA VITÓRIOSO DE PARALISAÇÕES E MANIFESTAÇÕES**

serviço público, se o governo Lula não recuar dessa reforma, que significa a privatização da Previdência pública, e também se não atender as demais reivindicações dos servidores.

A proposta do governo Lula de dar 1% de reajuste linear para a categoria caiu como uma bomba, fazendo explodir a indignação de modo geral. O dia 8 esquentou os motores e colocou o conjunto dos servidores numa dinâmica de

luta, que deverá ser crescente até a construção da greve.

Para discutir a continuidade do movimento e um próximo dia de luta unificado, a Coordenação Nacional das Entidades dos Servidores Públicos Federais (CNESF) fará reunião no dia 16 de abril e haverá nova plenária nacional dos servidores neste mês.

**NÃO AO PL-9 COM
OU SEM MÁSCARA**

A essência da proposta de reforma do governo é a privatização. Em princípio, para viabilizá-la e antecipá-la o governo quer votar o PL-9, projeto de lei de FHC, que cria a previdência privada para os servidores e acaba com a aposentadoria integral. A forte rejeição ao PL-9 levou vários dirigentes ligados à corrente majoritária da CUT a tentar confundir os servidores, afirmando que tal projeto seria retirado. Também a esquerda do PT gerou confusão, ao afirmar que em troca de seu voto à emenda que altera o sistema financeiro, o governo não apresentaria mais o PL-9.

O fato é que, em primeiro lugar, o governo não retirou o PL-9. Em segundo, se estiver utilizando-o, como na história do bode na sala, para confundir e desmobilizar os servidores não chegará a lugar algum. Os servidores sabem que o conteúdo da reforma – com o PL-9 na íntegra ou mascarado – é o mesmo.

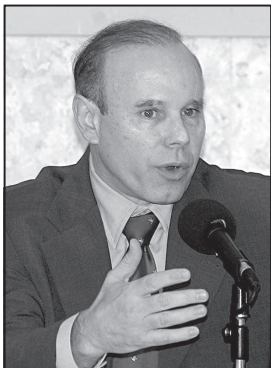
Por isso, as entidades do funcionalismo estão denunciando a reforma como um todo e defendendo a Previdência pública, defendendo a derrota e o arquivamento do PL-9, ou de qualquer clone seu ■

Reajuste de 1% é provocação

ANDRÉ VALUCHE,
da redação

O ministro do Planejamento, Guido Mantega, anunciou um reajuste linear de 1% para os servidores do Executivo, Legislativo e Judiciário retroativo a janeiro. E implementará, a partir de maio, apenas para o Executivo (incluindo aposentados) o que chama de “vantagem salarial” de R\$ 59,87. Como os salários não são iguais, isto representa para alguns, percentualmente, um reajuste diferenciado de 4% a 13%, aproximadamente.

FOTO ANTONIO CRUZ / ABR



Guido Mantega

Rogério Marzola, diretor da Fasubra, avalia que essa proposta vai gerar indignação nos servidores. “1% é provocação, e os 59 reais são muito pouco para recompor

minimamente o poder de compra da categoria. Mesmo para aqueles que R\$ 59 representam mais em termos percentuais, essa “vantagem salarial” não repõe a inflação do último ano”.

As reuniões do governo com os servidores têm sido de negociação zero e pura enrolação. O governo não quer mexer um milímetro no orçamento e trabalha com recursos já existentes ■



AGNALDO FERNANDES DIRETOR DO SINTUF RJ

**“A luta vai
continuar e crescer”**

FOTO NIKO / SINTUF RJ



“O governo deixa claro suas intenções. Não vai alterar o orçamento para aumentar o reajuste para os servidores e vai entregar ao Congresso a proposta de reforma da Previdência.

Essa postura do governo e a força da paralisação do dia 8 de abril mostram que a Coordenação Nacional das Entidades do Serviço Público (CNESF) deve antecipar já a plenária nacional dos servidores para construir um calendário de mobilizações que aponte para a greve por tempo indeterminado, caso o governo não recue.”

AS RUAS DE NORTE A SUL FORMA DA PREVIDÊNCIA

OS PROTESTOS EM TODO O PAÍS

EM BRASÍLIA SERVIDORES LEVAM ABAIXO-ASSINADO A LULA

Mil e duzentos servidores saíram em passeata da Praça do Servidor e foram ao Palácio do Planalto. Uma comissão entregou ao governo as primeiras 20 mil assinaturas contra a reforma da Previdência. Foi recebida por Luis Fernando Silva, Secretário de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento, que informou que no dia seguinte, dia 9, Guido Mantega, Ministro do Planejamento, iria apresentar a proposta de reajuste do governo. Na UNB ocorreu um ato bem representativo, com professores e estudantes, que fez o enterro simbólico do PL-9.

PARÁ

Houve paralisação parcial de diversos setores do serviço público e manifestações.

AMAPÁ

O dia de protesto começou às 6 horas da manhã em frente ao portão da Universidade Federal do Amapá (UNIFAP), que teve 100% de paralisação.

PIAUÍ

As atividades do Dia Nacional de Lutas ocuparam toda a manhã em Teresina.

CEARÁ

Um protesto com mais de mil servidores percorreu o centro de Fortaleza.

RIO GRANDE DO NORTE

Os servidores realizaram uma marcha que percorreu as ruas do centro de Natal e contou com mais de 300 pessoas, alertando a população para a necessidade de se acompanhar de perto a reforma da Previdência. “A reforma da Previdência dentro desses parâmetros atinge a todos”, falou Sônia Godeiro, militante do PSTU e representante do Sindsaúde.

PERNAMBUCO

Houve paralisação total de alguns setores do serviço público. Houve grande participação dos servidores do INSS.

ALAGOAS

Um ato dos servidores aconteceu às 16h, na Praça dos Palmares, no Centro de Maceió.

BAHIA

A paralisação ocorreu nas categorias do ASSIBGE, Unafisco e SINASEFE. A assembleia dos servidores da UFBA aprovou a paralisação, mas esta não ocorreu, pois a direção (Articulação) não a construiu. Também houve um seminário sobre a Previdência.

MATO GROSSO DO SUL

As principais paralisações foram dos funcionários da Previdência e da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.

SANTA CATARINA

Quinhentos servidores de diversas categorias do serviço público federal, estadual e municipal se concentraram em frente ao TRT/SC, em Florianópolis.

GAÚCHOS DIZEM NÃO À REFORMA

Funcionários públicos federais, estaduais e municipais gaúchos marcaram forte presença nos protestos. Além de pararem várias unidades ao meio-dia, centenas de trabalhadores realizaram um ato na Esquina Democrática, no centro da capital, e condenaram a reforma, o PL-9 e a proposta do governo de reajuste salarial.



Irreverência no ato dos gaúchos

JUDICIÁRIO FEDERAL PAROU EM SÃO PAULO

O ato dos servidores do Judiciário Federal em frente ao Fórum Cível Pedro Lessa contou com 200 pessoas. “Temos que cobrar de Lula que amplie os direitos e não que continue aplicando a política que imperou nos últimos anos”, afirmou Ana Luiza Gomes, militante do PSTU e diretora da Fenajufe.

ESTADUAIS PARARAM NO DIA 10

USP, Unesp, Unicamp e Fatec’s fizeram greve contra o PL 9 e por salário. O ato na reitoria da USP reuniu 1.000 pessoas. Para Jupiara, do Sintusp e da Fasubra, “a paralisação envolveu setores que há muito tempo não paravam, como a Medicina da USP. Os reitores têm até o dia 23 para responder às reivindicações. Se a proposta não for boa, as estaduais vão à greve.”



ATO dos servidores do Judiciário Federal na Av. Paulista

RIO DE JANEIRO “O LULA, SE É PARA MUDAR, O PL-9 NÃO PODE PASSAR”



Cerca de duas mil pessoas ocuparam a Avenida Rio Branco, cantando palavras-de-ordem contra as reformas. Os servidores estaduais da Uerj, da Educação e da Saúde, que estão em greve, também participaram. No final, no ato na Cinelândia, Cyro Garcia falou pelo PSTU: “Se o PL-9 passar, vai ser a maior privatização da história. Lula tem que arquivar esse projeto”. O INSS e a UFF também pararam.

! LUIZ CARLOS LUCAS PRESIDENTE DO ANDES-SN

FOTO RICARDO BORGES/ ANDES



“Se o PL-9 entrar em pauta, as universidades entram em greve”

GREVE

“Trinta universidades fizeram paralisação ou participaram de diversos atos com o conjunto do funcionalismo. As demais, em sua maioria, estão em recesso. As escolas técnicas e os CEFETs também fizeram uma boa paralisação.”

AValiação

“Foi um primeiro momento de mobilização e a perspectiva é continuar. Vinte e seis assembleias já definiram que, se o PL-9 entrar na pauta de votação, as universidades entram em greve. Apenas uma se manifestou contrariamente. Faremos uma avaliação na CNESF para definir um calendário de mobilizações”.

PL-9

“Não é um bode na sala.

O conteúdo dele é essencial para o governo implementar a previdência privada e acabar com a aposentadoria integral dos servidores”.

PROPOSTA SALARIAL

“Essa proposta vai gerar uma insatisfação generalizada nos docentes.

Se o governo considera que ao dar 1% de reajuste está cumprindo a emenda 19, do reajuste anual dos salários, para nós isto soa como um deboche”.

REUNIÃO LANÇA MANIFESTO PELA UNIDADE DA ESQUERDA CUTISTA



**CUT
GOVERNISTA
NÃO!**

AMÉRICO GOMES,
de São Paulo

Na reunião, ocorrida no dia 28 de março, o debate demonstrou que, apesar de existirem diferenças em relação a vários aspectos da conjuntura nacional, há importantes pontos de acordo para se conformar um Bloco de Esquerda na CUT. Entre eles destaca-se a compreensão comum da necessidade da construção de uma **CUT independente, de luta e socialista**, que defenda os interesses da classe contra os ataques de qualquer governo. Particularmente neste momento, a luta contra a reforma da Previdência e o apoio à luta do funcionalismo público delimitam um campo no movimento sindical brasileiro.

O conjunto da reunião se manifestou contra a indicação, pelo

governo Lula, de Luís Marinho para presidente da CUT, por se tratar de uma clara intervenção do governo nos rumos da central. Mas também pelo fato de Marinho ser um dos maiores representantes da política de parceria e conciliação de classes, bem como pela maneira burocrática e truculenta como costuma tratar as diferenças no Sindicato dos Metalúrgicos do ABC.

Para se combater a política da *Articulação*, como a corrente do governo no seio do movimento sindical, e os ataques à democracia da CUT, será necessário organizar e unificar a esquerda da central. Caso contrário, o sindicalismo combativo ficará sem uma clara alternativa de direção no próximo período.

**UNIFICAÇÃO DEVE SE DAR
SOBRE SÓLIDAS BASES
POLÍTICAS**

ENTIDADES E DIRIGENTES
SINDICAIS REÚNEM-SE NA
APEOESP EM SÃO PAULO
PARA DISCUTIR AS
PERSPECTIVAS DA CUT E
LANÇAM MANIFESTO PELA
UNIDADE DA ESQUERDA
CUTISTA

Não se deve buscar uma unificação sem bases políticas, somente como meio para garantir cargos na direção da CUT. É necessário forjar uma alternativa capaz de posicionar-se política e programaticamente e realizar iniciativas comuns na luta de classes.

Por exemplo, a *Articulação Sindical* não apóia a luta do funcionalismo federal contra a reforma da Previdência. Por isso é necessário que a esquerda demonstre que há um importante setor da CUT que está do lado dos trabalhadores do serviço público.

Neste sentido é preciso, em primeiro lugar, construir ações unificadas e uma plataforma política mínima que seja a base para a formação de um **Bloco de Esquerda**. A reunião ocorrida na Apeoesp aceitou o desafio e lançou um manifesto que buscará recolher adesões em todos os cantos do país ■

QUEM PARTICIPOU

Estiveram presentes na reunião representantes dos seguintes sindicatos ou organizações:

ANDES-SN
(Luís Carlos Lucas, Presidente)

OPOSIÇÃO ALTERNATIVA
(Apeoesp)

**MOVIMENTO POR UMA
TENDÊNCIA SOCIALISTA**
(MTS)

OPÇÃO SOCIALISTA (OS)

**GRUPO AFINIDADES DE
GUARULHOS**

ARTICULAÇÃO DE ESQUERDA

**GRUPOS INDEPENDENTES DE
FRANCO DA ROCHA,
GUARULHOS E ZONA SUL
(SP)**

SIMPRO-GUARULHOS

**SIND. SERVIDORES MUNICI-
PAIS DE GUARULHOS**

PSTU

! A REUNIÃO NACIONAL

01 DE JUNHO

14H

**SEDE
APEOESP**

**Praça da República,
282, Centro - São Paulo**

TRECHOS DO “MANIFESTO PELA UNIDADE DA ESQUERDA DA CUT”

CUT independente, de luta e socialista

“No Brasil, depois de oito anos de FHC e de submissão ao FMI, com reformas neoliberais que provocaram desemprego, fome e miséria; atacaram os direitos trabalhistas e arrocharam salários, os trabalhadores votaram por mudanças e derrotaram o representante do neoliberalismo com a eleição de Lula para presidente.

No entanto, o governo ainda não deu mostras de mudanças: mantém os acordos com o FMI e as negociações sobre a Alca, inclusive não convocando um plebiscito oficial para saber a opinião do povo sobre essa questão. Ainda liberou por medida provisória o comércio de transgênicos. Na política econômica elevou duas vezes a taxa de juros e consequentemente a meta de superávit primário, cortando 14 bilhões do orçamento. Aprovou

mudanças na Constituição abrindo caminho para a “autonomia” do Banco Central. Por fim, elegeu como prioridade inicial a reforma da previdência nos moldes do governo FHC, atacando direitos e atendendo a critérios do “mercado”, gerando um sentimento de perplexidade nos trabalhadores.

Diante disso, precisamos de uma CUT que organize e impulse a luta pela manutenção e ampliação dos direitos sociais e trabalhistas, pelo rompimento com o FMI, pelo não pagamento das dívidas externa e interna e contra a Alca. Que rejeite os pactos sociais e aponte para a necessidade da superação da exploração capitalista e por uma sociedade justa,

igualitária e socialista.

Não é esse o sinal dado pela *Articulação Sindical* (ArtSind) que aceitou a indicação do presidente Lula de eleger Luiz Marinho para a presidência da CUT. Lula, como governo, obviamente quer

uma central que sustente suas políticas. Já a aceitação por parte da cúpula da ArtSind coloca a CUT sob a clara ameaça de se transformar em uma central governista e, portanto, dependente, rompendo com o princípio histórico da independência

de classe frente a governos e partido. (...)

A nossa responsabilidade nesse momento é imensa. Está em xeque tudo o que construímos nesses 20 anos. É fundamental nossa unidade para a constru-

**“A nossa
responsabilidade
nesse momento
é imensa.
Está em xeque
tudo o que
construímos
nesses 20 anos”**

ção de uma alternativa socialista a esse projeto adesista da ArtSind. Esse debate está posto para o próximo Concut, no debate político das resoluções, na disputa pela direção da central e no pós congresso. (...)

Por isso fazemos um chamado à unidade dos setores organizados da esquerda cutista, aos dirigentes e militantes que não estão em correntes e, inclusive, à base da corrente majoritária que continua acreditando numa CUT independente, classista, de luta, democrática e socialista.

Chamamos todos os que concordam com as idéias expostas nesse manifesto a assiná-lo, levando esse debate no seu espaço de atuação, lutando para eleger e convencer delegados aos congressos estaduais da CUT e ao Concut, sobre a importância dessa unidade. (...)

METALÚRGICOS EM CAMPANHA DE EMERGÊNCIA

AMÉRICO GOMES,
de São Paulo

Os metalúrgicos ligados a Federação Nacional dos Metalúrgicos da CUT (FENAM) iniciaram, mesmo contra a vontade da direção da central, uma campanha salarial de emergência no mês de março. A campanha está mobilizando metalúrgicos no Estado de Minas Gerais e em São José dos Campos, Campinas e Limeira, no interior de São Paulo.

Em Minas a agitação é constante nas principais fábricas, como a Mannesman e a Belgo Mineira. Em São José dos Campos já foram realizadas duas paralisações na General Motors, de duas horas cada, onde os trabalhadores reivindicavam reajuste dos salários e protestavam contra a guerra. O Conselho de Representantes reuniu-se no dia 29 de março, com trabalhadores de 25 fábricas, e decidiu colocar mais fogo na campanha, com manifestações na Philips, Bundy, Isotec e outras fábricas. Em Campinas começaram a realizar assembleias nas portas das fábricas, como na Bosh freios e na Gevisa, e no dia 8 de abril a Bosh Continental parou. Na Indisa, a patronal já cedeu os 10,34%.

Os trabalhadores estão reivindicando reposição da inflação de novembro a fevereiro (10,39%), gatilho salarial de 3% e redução da jornada de trabalho para 36 horas, sem redução de salário. O ponto alto da campanha foi o dia 3 de abril, com um ato na Avenida Paulista, em São Paulo. Em seguida representantes dos sindicatos de São José dos Campos, Campinas e Limeira e da Federação Estadual dos Químicos entregaram a pauta de reivindicações à Fiesp (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo).

Tudo isso apesar do presidente da Federação Estadual dos Metalúrgicos (FEM), Adi dos Santos Lima, afirmar que os metalúrgicos preferem abono para não gerar inflação. “Não estamos pedindo integração de aumento no salário porque isso é política de gatilho salarial, que é perigosa neste momento” afirma Adi. No mesmo tom, o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC e candidato a presidência da CUT, Luiz Marinho, afirmou aos jornais que os trabalhadores não necessitam de gatilho salarial, porque o que há é somente uma bolha inflacionária.

Além da FENAM, o Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, filiado a Força Sindical, também está em campanha pela correção de 10% para as categorias que tiveram data-base em novembro. Os informes do sindicato afirmavam que 39 empresas fecharam acordo beneficiando 16.120 pessoas. O problema com a Força é que já deram “uma trégua” aos patrões do setor de autopeças e fundição e suspenderam o movimento ■



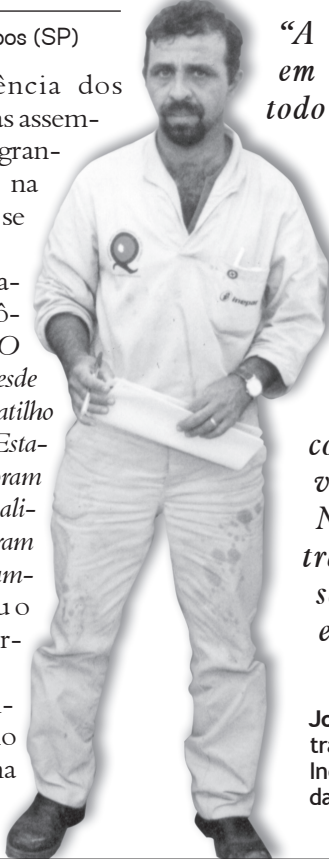
CAMPANHA FORTE EM SÃO JOSÉ DOS CAMPOS

JOCILENE CHAGAS, de São José dos Campos (SP)

A Campanha Salarial de Emergência dos metalúrgicos está a todo vapor. Em todas as assembleias os trabalhadores têm demonstrado grande disposição de luta. Já houve atraso na entrada de turno em diversas fábricas e, se não houver acordo, haverá greve.

Nas assembleias, os metalúrgicos rejeitaram a substituição do reajuste por um bônus, como propôs a Articulação Sindical. “O trabalhador não agüenta mais tanto arrocho. Desde novembro de 2002 a nossa pauta já incluía o gatilho salarial, mas na época tanto a FEM (Federação Estadual dos Metalúrgicos) como a Força Sindical foram contra. Diziam que iria gerar inflação. Mas, a realidade mostrou que mais uma vez os trabalhadores foram prejudicados. Os 10,26% que conquistamos na campanha passada já perderam seu valor”, ressaltou o vice-presidente do Sindicato dos Metalúrgicos, Adilson dos Santos.

A pressão está obrigando algumas empresas a abrir negociação. Na GM e no Grupo 9 (eletroeletrônico) já houve uma primeira rodada de negociações.



“A campanha veio em boa hora. Está todo mundo na mão de agiota. O salário não dá pra nada. A gente sempre ouviu essa lenga-lenga de inflação, mas os ricos continuam cada vez mais ricos. Nossa força de trabalho precisa ser valorizada e isso depende de nós”.

José Carlos de Lima trabalha há oito anos na Inepar e é coordenador da comissão de fábrica

Entrega da pauta de reivindicações na sede da Fiesp

NO ABC, ARTICULAÇÃO MANOBRA E APROVA TERCEIRIZAÇÃO

EMANNUEL SATÁ,
de São Bernardo

No 7 de abril, a direção do sindicato dos metalúrgicos convocou uma assembleia dos operários da Volks para aprovar a proposta da empresa: produzir o carro Tupi Europa e em contrapartida aceitar a terceirização de dois mil postos de trabalho.

Pela manhã, os trabalhadores da Ala 21, que são a favor da vinda do Tupi e contra a terceirização, ocuparam a Via Anchieta e fizeram uma passeata até a casa de Lula, com faixas contra a Volkse a direção do sindicato.

Dois representantes, Sinval “Sassá” e Francisco “Tico” da Ala 21 conversaram com Lula. Ele disse que não podia fazer nada, mas ligou para Luiz Marinho e marcou uma reunião dos representantes da Ala 21 com a direção do sindicato.

Depois da conversa, os trabalhadores foram ao sindicato. Os representantes da Ala 21 pediram o adiamento da assembleia, marcada para o mesmo dia, por 15 dias. Marinho subordinou a aceitação da proposta ao consentimento da Volks, sabendo que esta não aceitaria. A atitude de Marinho, candidato de Lula à presidência da CUT, revela sua política truculenta de colaboração com os patrões.

A oposição distribuiu um panfleto com quatro propostas para o encaminhamento da votação: 1) Quem era a favor da vinda do Tupi; 2) Quem estava a favor da terceirização; 3) Formar uma comissão com representantes das áreas envolvidas, o sindicato e o Sistema Único de Representação para falar com Lula; 4) Ter o direito a palavra.

Mas a direção do sindicato manobrou para aprovar a proposta da empresa. Primeiro, colocou em votação “se os trabalhadores queriam que alguém falasse con-



tra a vinda do Tupi”. Mesmo assim, mais de 4 mil trabalhadores votaram que sim e 7 mil disseram não. O problema é que o debate não era esse. O debate era se estavam a favor ou contra a terceirização.

Coube ao vice-presidente do sindicato, Feijó, fazer a chantagem: se a assembleia não votasse, a empresa entenderia que os trabalhadores não queriam a vinda do Tupi. Os trabalhadores, encurralados,

aprovaram a proposta da Volks. Em suma: o Tupi será produzido em 2005 e a terceirização pode começar já.

Ficou mais do que evidente que o sindicato fez o jogo da direção da Volks. Vários trabalhadores foram para cima do carro de som. Depois de 30 minutos, a direção do sindicato saiu escoltada por militantes de outras fábricas e seguranças, os bate-paus ■

Manifestantes protestam em frente ao apartamento de Lula

Coneg dá largada para o 48º Congresso da UNE

DE 28 A 30 DE MARÇO OCORREU EM SÃO PAULO O 52º CONSELHO NACIONAL DE ENTIDADES GERAIS DA UNE. REUNINDO CERCA DE 500 ESTUDANTES QUE REPRESENTAVAM MAIS DE 200 ENTIDADES ESTUDANTIS, O CONEG INICIOU A DISPUTA EM TORNO AO 48º CONGRESSO DA UNE

HERMANO ROCHA DE MELO,
Primeiro-secretário da UNE

Nos dois primeiros dias do Coneg houve o Seminário de Políticas Educacionais, que debateu a situação nacional e o governo Lula, educação e os rumos e tarefas da UNE. No domingo teve lugar a Plenária Final do Coneg, que aprovou as resoluções do Seminário e o regimento do congresso.

O objetivo da UJS/PC do B e das principais correntes do PT neste seminário era fazer do movimento estudantil correia de transmissão do governo Lula, e da UNE um instrumento auxiliar das políticas do Ministério da Educação.

GOVERNO LULA FOI TEMA MAIS POLÊMICO

A direção majoritária da UNE e as principais correntes do PT se esforçaram em demonstrar que o governo Lula está realizando as mudanças sociais prometidas nas eleições.

Infelizmente, até os setores ligados à esquerda do PT defenderam o governo Lula, afirmando ser este um “governo em disputa” e que todos que o criticam “estão junto com o PFL de Bornhausen”.

Essa postura fez com que os companheiros não tivessem diferenças políticas com a direção majoritária da UNE. Em particular a Reconquistar a UNE, ligada à

Articulação de Esquerda, procurou durante todo o Coneg fechar resoluções com o PC do B, como a participação da UNE no Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES).

Os estudantes ligados ao PSTU e ao Movimento Ruptura Socialista (MRS) defenderam que o movimento estudantil precisa se mobilizar por suas reivindicações, combater as primeiras medidas anunciadas da reforma educacional, apoiar o funcionalismo contra a Reforma da Previdência e lutar contra a guerra e a Alca. Para isso, a UNE não pode ser governista, tem que se retirar do CDES e organizar a luta do movimento estudantil ■

! O QUE SE DISSE

“Ao invés de fazer apenas discursos pela paz, Lula deveria romper relações diplomáticas e comerciais com os EUA, suspender o pagamento da dívida e romper as negociações da Alca e o acordo com o FMI. Caso contrário estará financiando as bombas que caem sobre o povo do Iraque”

JÚLIA EBERHARDT
(Estudante da UFSC e vice-presidente da União Catarinense dos Estudantes)

“A política econômica do governo vem sendo a de FHC, de cortes no Orçamento, e já tirou R\$ 341 milhões da Educação. Medidas como o Anal-fabetismo Zero e o Fome Zero não vão resolver, pois estes só serão solucionados com mais empregos, salário digno e no mínimo 10% do PIB para a Educação”

JOSÉ ERINALDO JÚNIOR
(Estudante da UFSCar e diretor da UNE)

Unir a Oposição de Esquerda contra a UNE governista

A principal tarefa colocada para o movimento estudantil combativo no próximo congresso é impedir que a UNE se torne uma entidade governista.

Diante deste cenário, é lamentável que as principais correntes da esquerda do PT - em especial a Articulação de Esquerda e a Democracia Socialista - optem por defender incondicionalmente o governo. Essas correntes estão construindo a unidade do PT, inclusive com a Articulação Estudantil, e buscam formar chapa com PTB, PPS, PSB e PDT.

Mesmo a Força Socialista que rompeu com a Kizomba, bloco

que formava com a DS, e as teses ligadas aos deputados Babá, Lindberg e Luciana Genro estão embarcando na unidade do PT com os partidos burgueses.

Mas boa parte dos militantes do PT não concorda com os rumos que vem tomando o governo Lula e começa a perceber que, do jeito que as coisas vão, não haverá mudanças. Muitos petistas são contra esse “chapão” e continuam defendendo a unidade da esquerda socialista na UNE, que teve como maior símbolo no último período o movimento *Rompendo Amarras*, abortado pela direção das correntes da esquerda do PT.

Por tudo isso, fazemos um chamado às correntes da esquerda do PT para que revejam sua posição e formemos juntos um bloco no 48º Conune em torno dos seguintes pontos:

- Não à UNE governista, saída imediata da UNE do CDES;
- Revogação da Reforma Educacional de FHC, 10% do PIB para Educação já;
- Ruptura das negociações da Alca e do acordo com o FMI;
- Não à Reforma da Previdência, todo apoio à luta do funcionalismo;
- Que Lula e o PT expulsem os ministros capitalistas e governem com e para os trabalhadores.

Movimento Ruptura Socialista fez lançamento nacional

FOTO
VALÉRIO
PAIVA



Eduardo, Hermano e Zé Maria no ato de lançamento

Durante o CONEG ocorreu o lançamento do Movimento Ruptura Socialista. No ato estiveram presentes 114 estudantes de nove estados e contou com a presença de José Maria de Almeida, ex-candidato a Presidência pelo PSTU. “A juventude se levanta hoje contra a Guerra de Bush ao Iraque e a recolonização da América Latina através da Alca e da

dívida externa. Mais do que nunca a juventude deve estar à frente dessas lutas, mantendo de pé a bandeira da Revolução, e da construção de uma sociedade socialista”, afirmou Zé Maria na abertura do ato.

Wilson H. da Silva, da secretaria de negros e negras do PSTU saudou o surgimento do MRS e levantou como desafio “que o movimento defenda sempre a luta contra a opressão de negros, mulheres e homossexuais”, lembrando que a luta contra o racismo e a opressão é necessariamente uma luta contra o capitalismo.

Hermano Melo, primeiro-secretário da UNE, falou do perfil e desafios do MRS: “Nosso movimento é herdeiro das lutas da juventude contra o neoliberalismo. Por isso não vamos admitir que Lula dê continuidade às reformas de FHC. Somos pela luta sem tréguas contra o imperialismo. Defendemos a unidade com os trabalhadores contra a burguesia e afirmamos que só através da ação direta podemos vencer”.

Eduardo Xuxu, estudante da UFRJ e diretor da UNE, falou da construção do MSR: “Agora é a hora de lançar nosso movimento em todos os estados, promovendo debates, atos, plenárias e festas, para esquentar os motores para a disputa do congresso da UNE. Mãos à obra companheiros!”.

! O QUE SE CANTOU

“Ô Lula, se é contra a guerra, tem que romper com a dívida externa”

“Ô Lula, eu quero ver, o Plebiscito contra a ALCA acontecer”

“Num governo, que tem burguês, trabalhador não vai ter vez”

“PT, tem que ser sério, bota pra fora o burguês do ministério”.

“Contra a UNE governista, é Movimento Ruptura Socialista”

ENTRE EM CONTATO COM O
MOVIMENTO RUPTURA SOCIALISTA
rupturasocialista@yahoo.com.br



NEM IANQUES NEM ONU FORA AS TROPAS DE OCUPAÇÃO DO IRAQUE

JOÃO RICARDO SOARES,
da redação

Quando fechávamos esta edição as tropas americanas ocupavam Bagdá. Esta é uma primeira avaliação de um processo ainda em curso. Estamos no calor dos acontecimentos e qualquer avaliação mais de fundo deve ser tomada com cautela, devido ao nível de desinformação a que estamos submetidos.

Apesar do lixo que a máquina de propaganda imperialista vomitou pela imprensa burguesa, nunca poderão esconder que o povo do Iraque foi submetido a um verdadeiro genocídio. Foi uma guerra contra toda uma população. No entanto, o terror espalhado pelas bombas não é a explicação última da forma com que conquistaram Bagdá.

UMA GUERRA COLONIAL

A possibilidade de uma vitória militar do regime de Saddam, pela via de uma guerra convencional entre dois exércitos estava completamente descartada. A Guerra do Golfo e o bloqueio econômico de 12 anos destruiu mais de 60% da indústria iraquiana. A capacidade de construir e repor equipamentos militares para uma guerra regular não existia.

A tendência mais geral da correlação de forças militar seria determinada pela ação das massas, de

sua capacidade de sacrifício ante a superioridade do exército invasor. Pois a guerra, além da arte militar, também coloca o problema fundamental da direção político-militar dos interesses das classes em luta.

A imensa superioridade militar do imperialismo determinava que apenas o “povo em armas” poderia derrotá-lo, ou retardar sua vitória até que as mobilizações no mundo minassem sua retaguarda.

Para chegar neste nível de enfrentamento, as massas devem estar dispostas a todo tipo de sacrifício por suas conquistas sociais e por um futuro livre de opressão. E o regime de Saddam jogava no sentido oposto. Por mais que tenha resistido ao imperialismo, segue sendo uma direção burguesa.

O armamento generalizado da população ameaçaria também o regime de Saddam que, por isso, foi incapaz de organizar uma resistência além das forças militares. Por isso a resistência em Bagdá foi menor que a esperada.

Isso demonstra uma vez mais que uma direção burguesa é incapaz de levar a fundo uma luta contra o imperialismo sem ameaçar seus próprios interesses. Chama a atenção o fato de que Bagdá, do ponto de vista militar, não era uma cidade preparada para a resistência.

As pontes que permitiram a passagem do exército invasor estavam intactas, não havia minas posicionadas na entrada da cidade

ou barricadas. Ou seja, a mínima preparação real para enfrentar uma guerra num centro urbano com cinco milhões de pessoas. Tampouco a participação ativa das massas no centro urbano foi substituída por uma ação militar da guarda republicana dentro de Bagdá, que poderia ter utilizado táticas de guerrilha urbana.

Ainda que neste momento não possamos tirar todas as conclusões, evidentemente o caráter de classe do regime de Saddam foi o principal obstáculo ao desenvolvimento de uma resistência massiva.

“O presidente Bush reconhece que a ação contra o Iraque não se relaciona apenas com o Iraque”

Nem bem os mortos de Bagdá eram enterrados, o insuspeito *New York Times* estampava a ameaça à Síria e “pesquisas de opinião” diziam que a “população americana” aprovaria uma ação militar contra esse país, que já estava sendo acusado de possuir um “programa de armas químicas e biológicas”.

Apesar das ameaças norte-americanas, ainda é muito cedo para determinar que a provável vitória militar do imperialismo conduza a uma vitória política.

Os objetivos políticos do imperialismo estão logicamente vinculados ao resultado militar, mas não estão determinados por ele. A chave de toda questão estará na reação das massas dentro e fora do Iraque. Ninguém deve deixar-se

enganar pela queda de estátuas respaldadas por um punhado de lacaios que nem de longe refletem a realidade do sentimento das massas no Iraque.

Não está claro como se dará a resistência à ocupação. A preocupação explícita das *petromonarquias* do golfo, peça-chave da estratégia anglo-americana para a região, é que esta luta se estenda levando estes regimes à crise.

O resultado desta guerra não será medido em dias, pois são os objetivos políticos do imperialismo que o conduz à empresa militar. O sentimento anti-imperialista que comove o mundo determinará o desenvolvimento da luta de classes. O imperialismo não convenceu ninguém dos motivos desta guerra.

Mas a transformação da campanha contra a guerra numa luta anti-imperialista será o resultado de uma batalha política. Quando o PT de São Paulo promove um ato pela “Paz”, sem falar que a dívida externa alimenta a máquina imperialista, conduz o movimento a um beco sem saída, pois não potencializa o sentimento anti-imperialista dos 90% dos brasileiros que estavam contra a guerra. Ou quando o PC do B gasta seu tempo na TV falando de “paz” sem denunciar o imperialismo, a Alca e a colonização do Iraque. Ao contrário, nossa luta contra a guerra é também contra a dominação imperialista no Brasil.

Os negócios de paz da França e Alemanha

A entrada das tropas americanas em Bagdá foi recebida com júbilo pelo presidente Chirac “*A França se alegra com a queda de Saddam*”. Na guerra as bases militares americanas na Alemanha foram utilizadas de forma ilimitada. E a França abriu seu espaço aéreo para os caças norte-americanos e ingleses.

Antes mesmo das tropas entrarem em Bagdá, o ministro de assuntos exteriores advertia a Síria para que impedisse a passagem de voluntários. Como aves de rapina, aliam-se aos EUA para garantir que suas empresas participem da “reconstrução” do Iraque.

Mas o Congresso dos EUA vetou a participação de empresas alemãs e francesas nas

“tarefas de reconstrução”. Isso aqueceu novamente os discursos dos imperialismos europeus exigindo a “responsabilidade da ONU”. No mesmo sentido, o palhaço Kofi Annan afirma que a experiência da ONU em Kosovo e Timor Oriental a credencia para conduzir os negócios de todos os imperialismos no Iraque.

RACIMO: A BOMBA DO DESEPERO

Além de destruir e matar, a Racimo possui também um outro objetivo: produzir o maior número de feridos civis e nas equipes de socorro, trazendo desespero e terror entre a população. A bomba Racimo já foi usada na primeira Guerra do Golfo e na do Vietnã. Agora foi despejada sobre Bagdá e, no cerco a cidade, uma delas atingiu uma maternidade.

Além da bomba principal, que lança pequenos pedaços de metal em um raio de 2km, a Racimo possui 202 minibombas de 20 cm e 1,5 kg.

B52

FICHA TÉCNICA

O B52 carrega 30 bombas Racimo ou 45 convencionais. Como pode reabastecer em pleno voo, pode voar por até 14.175 km sem escalas. Pode ir do Rio de Janeiro até a China sem parar.

A RACIMO É LANÇADA,

1] O B52 lança as bombas Racimo sobre o alvo. Cada bomba pesa 430kg, mede 2,33 metros e custa cerca de 44,3 mil reais.

SE ABRE

2] Cada bomba Racimo se abre, soltando as 202 minibombas. A bomba principal explode ao tocar o solo, provocando uma explosão semelhante a de uma bomba convencional, deixando mortos e feridos. As bombas menores que não são atingidas por esta explosão pousam suavemente sobre o solo, deixando muitos mortos e feridos.

UMA ONDA DE

CERCA DE DEZ MILHÕES DE PESSOAS SAÍRAM ÀS RUAS CONTRA A GUERRA

ESTADOS UNIDOS

ATOS CONTRA BUSH NÃO PARAM

TOM LEWIS,
da International Socialist
Organization (EUA)

Um dia após o estouro da guerra, milhares de norte-americanos tomaram as ruas em dezenas de cidades. Mais de 250 mil protestaram em Nova York, onde suas consignas expressavam a raiva contra Bush e a guerra: "Não mais sangue por petróleo"; "Não à guerra imperialista"; e "Troque-mos nosso regime primeiro." Em Chicago, cerca de 15 mil marcharam pelo centro da cidade e participaram de um ato massivo de desobediência civil. Bloquearam as oito ruas de Lake Shore Drive, gritando: "De quem é a guerra? Deles! De quem são as ruas? Nossas!!" Ao princípio os policiais foram forçados a ceder um passo a os



manifestantes. Horas depois, começou a repressão. Primeiro detiveram os organizadores. Logo golpearam e arrastaram todos que podiam agarrar. Quinhentos foram encarcerados por 24 horas. A intenção de assustar e intimidar o movimento anti-guerra em Chicago fracassou. No dia seguinte mais de dez mil voltaram às ruas.

GUERRA AOS TRABALHADORES

Nos últimos meses, ativistas do movimento trabalhista haviam organizado uma oposição à guerra sem precedentes. Muitos sindicatos haviam declarado-se contra a guerra e, em janeiro, formaram um novo grupo, o *Sindicalistas Norte-americanos Contra a Guerra*. Na massiva manifestação do dia 22 de março em Nova York, Dorothy Benz, do sindicato dos trabalhadores em comunicações (CWA), explicou como a guerra afeta diretamente a classe trabalhadora. "Gastar o dinheiro na guerra e não satisfazer as necessidades sociais é um

crime", denunciou. "A guerra contra o Iraque é a mesma guerra contra os trabalhadores daqui". O *Sindicalistas de Nova York Contra a Guerra* lançou uma bandeira no ato de 22 de março que dizia: "Os inimigos dos trabalhadores estão na Casa Branca e nas Grandes Corporações, não no Iraque!"

EM PÉ DE GUERRA

Bush e sua manada de cães raivosos andam soltos, atacando tudo o que encontram na frente - o direito ao aborto, as liberdades civis, os direitos sindicais e a ajuda aos desempregados. Enquanto Bush planeja taxar e privatizar a saúde e o seguro social, derrama milhões na máquina de guerra. A mensagem que o movimento anti-guerra está mandando ao *presidente* Bush é que "estamos fartos de seus ataques contra nossos direitos e de sua guerra contra o Iraque". E "estamos em pé de guerra!". Há protestos para cada fim de semana de abril, e planeja-se uma marcha ao Pentágono no fim do mês ■

BOMBAS EXPLODEM POR MOVIMENTO

3] Quando as equipes de resgate chegam para socorrer os feridos, o movimento dos enfermeiros e a vibração das ambulâncias acionam parte das minibombas, que, munidas de um sistema de páraquedas, descem suavemente até o solo.

E SÃO ACIONADAS COM O TEMPO

4] Parte das bombas estão programadas para só explodirem dias depois, e atingem principalmente a população civil, que sai de casa em busca de água e comida. O pior desta bomba é a crueldade, que faz com que mães tenham de escutar gritos de seus filhos feridos sem poder acudir-lhos. No Vietnã, muitos civis feridos atiravam-se nas bombas, para que estas explodissem e não servissem de armadilha para outros.



PROTESTOS NO MUNDO

ITÁLIA

UM PAÍS EM EBULIÇÃO

LUCIANO DONTERO,
do Jornal *Onda Rossa*

A mobilização contra a guerra começou na Itália muito antes do dia do ataque. Em novembro de 2002, em Florença, uma multitudinária manifestação de um milhão de pessoas (com participantes de toda a Europa e da América Latina), havia lançado um rotundo não contra a guerra.

Entretanto, as mobilizações não pararam, como queriam os donos do mundo. No mesmo dia do primeiro bombardeio sobre Bagdá, a Itália parou durante duas horas, em um chamado conjunto das três organizações sindicais - CGIL, CISL e UIL - que durante o último ano não haviam qua-

se conseguido se falar. ACGIL empenhava-se em uma luta muito forte contra o governo direitista de Berlusconi, e CISL e a UIL insistiam em firmar acordos com o mesmo governo em troca de migalhas.

Em várias cidades a paralisação durou quatro, seis, oito horas, e até o dia inteiro. A partir da segunda quinzena de março, não há um dia sem alguma forma de paralisação, de protesto, de ocupação de escola ou bloqueio de estação de trem.

Novas mobilizações e greves estão sendo preparadas e no dia 12 de abril haverá uma manifestação nacional em Roma. "Paremos a guerra!" será a sua palavra-de-ordem. Há tempo de parar o massacre de Bush-Hitler ■

ESPANHA

GREVE GERAL CONTRA A GUERRA

ANDRÉ VALUCHE,*

No dia 10, em uma decisão inédita, as centrais sindicais UGT e CGT realizaram uma greve geral no Estado Espanhol contra a guerra. Cerca de 70% do trabalho parou.

Diante do clima que comovia o país a burocracia da UGT (ligada ao PSOE), não viu outro remédio do que convocar a Greve Geral. No entanto, outra importante central, "Comissões Obreras", se negou a convocá-la, em uma votação dividida abrindo uma forte crise interna. 10 mil dirigentes de Comissões declararam-se a favor da greve e as regionais de Madrid e Astúrias e várias federações decidiram não acatar. A greve foi fruto de uma onda de mobilizações que varreu o país.

No dia 30 de março ocorreram os protestos em frente as bases militares dos EUA. Em Torrejón reuniu 15 mil, apesar de uma forte chuva. Na base militar de Rota, em Andaluzia, foi o maior da história, com 80 mil. Depois vieram manifestações nas cidades. Mais de um milhão ocuparam as grandes avenidas de Madrid por três dias após o início do massacre. O governo reprimiu violentamente, ferindo 118, e a TV registrava a brutalidade da polícia que disparou balas de borracha e agrediu manifestantes feridos.

Em Barcelona, as mobilizações também foram impressionantes, com cerca de um milhão. Centenas de milhares se mobilizaram em Andaluzia e cerca de cem mil em Galícia. O mais surpreendente é que, além dos protestos organizados, surgiam cada dia iniciativas espontâneas.

Se os gritos nas manifestações eram "guerra não" agora o que se ouve é "governo demissão" A hipocrisia das instituições ficou nítida, na medida em que o governo ignora a maioria do povo. Uma das palavras-de-ordem que mais se ouvia era "chamam de democracia mas não é".

Quando as manifestações passavam por uma sede do partido do governo (PP) explodia os gritos de "Assassinos demissão" e "Ilegalizar o Partido Popular" e seus dirigentes não podiam sair em público.

O processo de luta foi mais forte na juventude. Na Universidade Autônoma de Barcelona, um dos exemplos desta combatividade, levou mais de 150 mil jovens às ruas na greve da comunidade educacional. Assembleias com 30 mil, marchas de 20 km, e corte de tráfego era a realidade da maioria das universidades. Também nas escolas secundaristas foram inúmeros os comitês que organizaram manifestações, pararam o trânsito, recolheram abaixo-assinados, etc ■

** Com informes do PRT - Izquierda Revolucionaria*



ARGENTINA

'QUE SE VAYAN TODOS'

Os protestos contra a guerra prosseguem, tendo a juventude à frente. Ato aconteceu ou de forma unitária ou convocados por cada organização ou partido. As principais mobilizações foram a que lembrou a campanha nas Malvinas - que este ano teve um caráter especial por causa da guerra - e o ato no aniversário do golpe militar ■

ÁSIA

OS VIZINHOS SE LEVANTAM



No Paquistão, mais de 300 mil se manifestaram em várias ocasiões. Na Indonésia, uma nação com mais muçulmanos do mundo, mais de 200 mil saíram às ruas no dia 30 de março, na maior manifestação do país. Na Síria foram cerca de 1 milhão. Também houve atos na Jordânia, Líbano, Bahrein, Palestina, Líbia e Marrocos. No Egito, 40 mil enfrentaram a repressão e mais de 500 foram presos ■

ATAQUES NADA CIRÚRGICOS

FOTO NODO50.ORG



Os depoimentos de **brigadistas** espanhóis mostram o horror dos ataques do Exército dos EUA: bombardeios sistemáticos, a qualquer hora do dia e da noite, atingindo bairros de população civil.

No relato, eles contam a história de Ali (foto), um menino de 12 anos que está na sala de queimados do Hospital da cidade de Safarina, a 15 km de Bagdá. Além das queimaduras, o menino perdeu os dois braços. Os médicos do hospital informaram que é muito difícil sua sobrevivência. Sua família também foi atingida. Sua tia Yamila Abbass sofreu queimaduras de terceiro grau. Yamila contou aos brigadistas que o pai de Ali, taxista de profissão, sua mãe, uma segunda esposa e seus três irmãos haviam falecido como consequência do ataque.

Ela mostrou fotos estarrecedoras da matança: meninos, mulheres e homens feridos em todas as partes do corpo, com braços destrocados e pernas em carne viva, além de corpos queimados entre as ruínas.

BRIGADISTAS, grupos de voluntários espanhóis que foi ao Iraque prestar solidariedade ao povo e passar informações sobre o dia-a-dia da cidade aos comitês contra a guerra.

“Isso não é ajuda, é chantagem”

Leia trechos do artigo “Ajuda humanitária e os meios de comunicação”, do escritor marxista norte-americano James Petras, publicado no site www.rebellion.org



JAMES PETRAS

“A primeira vista, o assunto da ajuda humanitária parece simples: proporcionar alimentos, água e proteção a 23 milhões de iraquianos cujos meios de vida e suas próprias vidas foram destruídas pela guerra dos EUA. No entanto, as políticas de ajuda humanitária têm um alcance muito maior e colocam várias perguntas fundamentais. Por exemplo, se ajuda humanitária deve ser um instrumento de guerra e conquistas ou uma ajuda a vítimas de uma guerra criminosa. Ou se a ajuda é realmente uma ajuda. (...)”

Em primeiro lugar, não é realmente uma “ajuda”. Sua origem são os ingressos que proporcionam a exploração e venda do petróleo iraquiano que foi confiscado pela ONU e pelos EUA. Não é aceitável qualificar o ato de “humanitário” o que não é senão a devolução de uma parte da riqueza roubada de um país vitimado. A ajuda humanitária durante e depois da guerra somente será destinada aos territórios ocupados pelos EUA, e somente será oferecida às cidades controladas pelos iraquianos com a condição de que se rendam. Isso não é ajuda, é chantagem. Nas atuais circunstâncias, a ajuda humanitária faz parte da estratégia de cerco dos EUA: matar de fome e bombas a população civil. O cerco militar e o bombardeio de mercados e instalações de tratamento de água provocam fome, sede e morte lenta de milhões de pessoas. A ajuda humanitária é um modo de quebrar a resistência dos setores mais vulneráveis e debilitados da população”.

AJUDA? Soldados dos EUA atendem menino iraquiano. Além das mortes na guerra, a ONG CASI (Campanha Contra as Sanções ao Iraque) estima que 30% das crianças com menos de 5 anos devem morrer de desnutrição.



COM O POVO IRAQUIANO

Fora tropas de ocupação do Iraque!

Conversamos com Dirceu Travesso, o Didi, militante do PSTU, membro da executiva nacional da CUT e do Comitê São Paulo Contra a Guerra, sobre as mobilizações contra Bush e sua agressão criminosa contra o povo iraquiano e o conjunto da humanidade

OS ÚLTIMOS ATOS

“Em São Paulo, realizamos uma caminhada com a comunidade islâmica até o Consulado norte-americano repudiando o massacre do povo iraquiano. No Rio, no dia 04 de abril foi realizada uma manifestação com mais de cinco mil pessoas. Em Porto Alegre, mais de 500 manifestantes ocuparam a fábrica da Coca-Cola, para mostrar que a grana das corporações americanas e inglesas estão à serviço do poderio bélico anglo-americano. Além dessas ações, diversos atos estão sendo realizados nos bairros, como foi em São Miguel e Santo Amaro em São Paulo e Barreiro em Belo Horizonte, nas cidades do interior, como aconteceu em São José dos Campos e Bauru.”

LULA E A GUERRA

“O Brasil pode e deve tomar medidas concretas para repudiar a ocupação imperialista. O governo deve se colocar ao lado do povo iraquiano e ajudar a derrotar os invasores. Não haverá paz sem a derrota do imperialismo. A “paz” sobre os escombros será o fortalecimento da recolonização imperialista nos terrenos econômico, político e militar.

O governo precisa ir além das declarações críticas. Deve romper as relações diplomáticas do Brasil com os EUA e com a Inglaterra, romper com as negociações da ALCA e o acordo com o FMI e suspender o pagamento da dívida externa, porque este dinheiro ajuda a financiar a máquina de guerra ianque. É inadmissível que o governo Lula se proponha a participar da pilhagem do Iraque e aceite a ocupação imperialista deste país e a imposição de um protetorado, ainda que sob o manto da ONU”

12 DE ABRIL

Mais de 30 países confirmaram a realização de manifestações no dia 12 de abril contra a ocupação imperialista.

Ao lado, cartazes da Espanha, EUA e Itália.

INTENSIFICAR OS PROTESTOS

“Vamos organizar manifestações, vigílias, pанаeços, enterros simbólicos em frente das Embaixadas, do Mc'Donalds e outras empresas multinacionais. E deste já, transformar a tradicional “malhação de judas”, no dia 19 de abril, em malhação de Bush, para fazer nos bairros, nas escolas, e nos sindicatos um grande ato de repúdio ao imperialismo.”

E LUTAR CONTRA A ALCA

“É necessário combinar as atividades contra a ocupação do Iraque com a campanha da Alca. A Alca é a guerra de Bush no Brasil, por isso devemos protestar contra o imperialismo e coletar milhares de assinaturas para exigir o plebiscito oficial da Alca.”



UM 1º DE MAIO ANTI-IMPERIALISTA

Nas manifestações antiglobalização do ano passado, as massas expressaram o seu ódio aos ataques do imperialismo ao seu nível de vida. Com o feroz ataque do exército anglo-americano ao Iraque, o movimento de massas voltou às ruas, radicalizado, queimou bandeiras americanas e inglesas, protestou em frente das embaixadas, boicotou os símbolos norte-americanos e realizou várias greves.

Esses dois momentos da luta de classe apontam para os trabalhadores e a juventude do mundo inteiro uma tarefa de fundamental importância de dar continuidade a luta contra o imperialismo. E como parte desta tarefa, devemos transformar o 1º de maio é um grande ato anti-imperialista. Combinando a luta contra a ocupação do Iraque pelas tropas anglo-americanas, com a luta contra a Alca e o FMI e o não pagamento da dívida externa.

Em cada cidade, os comitês contra a Alca e contra a Guerra devem unir esforços com o movimento sindical e popular para garantir essas iniciativas.

